

CONJUNTURA / Com inflação sem trégua, rendimento das famílias não para de encolher e chega ao menor nível desde o início da série histórica do IBGE

Trabalhador escolhe comer ou pagar conta

» RAPHAEL FELICE
» BERNARDO LIMA*

Diante da escalada da inflação, a renda dos trabalhadores brasileiros não para de encolher e está no menor nível desde 2012, início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não bastasse a população estar ganhando cada vez menos por conta da carestia, a desigualdade vem aumentando em meio à pandemia da covid-19, que colocou o país de volta ao mapa da fome.

Duas em cada três categorias de trabalhadores não têm reajustes suficientes para recompor as perdas com os aumentos de preços, de acordo com sindicalistas. Em 2021, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou alta de 10,06%, a maior variação anual desde 2015. Nesse contexto, muitas famílias já escolhem comprar comida ou pagar as contas.

O desemprego deu uma leve recuada, devido à reabertura da economia, conforme os dados mais recentes do IBGE, mas ainda atinge um grande número de brasileiros, e a informalidade voltou a crescer. O número de desempregados chegou a 12,9 milhões de brasileiros no trimestre móvel de agosto a outubro de 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). O levantamento do IBGE mostra ainda que o rendimento médio, de R\$ 2.449, caiu 4,6%, frente ao trimestre anterior, e 11,1%, em relação ao mesmo intervalo de 2020. É o menor patamar desde o início da série. Enquanto isso, a taxa de informalidade chegou a 40,7% da população ocupada, ou 38,2 milhões de pessoas. No trimestre anterior, essa taxa era de 40,2% e, no mesmo período de 2020, de 38,4%.

Perdas reais

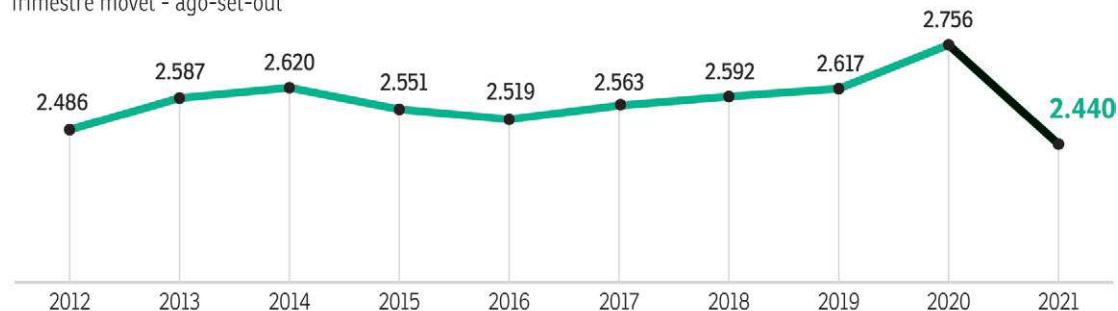
Pesquisa da consultoria IDados, com base em dados da Pnad, revela que 30,2 milhões de brasileiros não ganham o suficiente para sobreviver e têm renda de trabalho de até R\$ 1.100, o valor do salário mínimo de 2021. Aliás, desde 2019, o piso salarial deixou de ter ganho real, e, no ano passado e neste ano, não tem compensado a alta do custo de vida. No fim de 2021, o presidente Jair Bolsonaro (PL) editou a Medida Provisória (MP) nº 1.091/2021, que aumentou o salário mínimo para R\$ 1.212.

Apesar de o reajuste nominal ser de 10,18%, descontada a diferença em relação ao reajuste abaixo da inflação ocorrido no piso do ano passado, a correção foi de 10,02%, conforme os dados do Ministério da Economia. Logo, o novo piso salarial ficou 0,14 ponto percentual abaixo da alta de 10,16% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — indicador que corrige o salário mínimo — registrada em 2021.

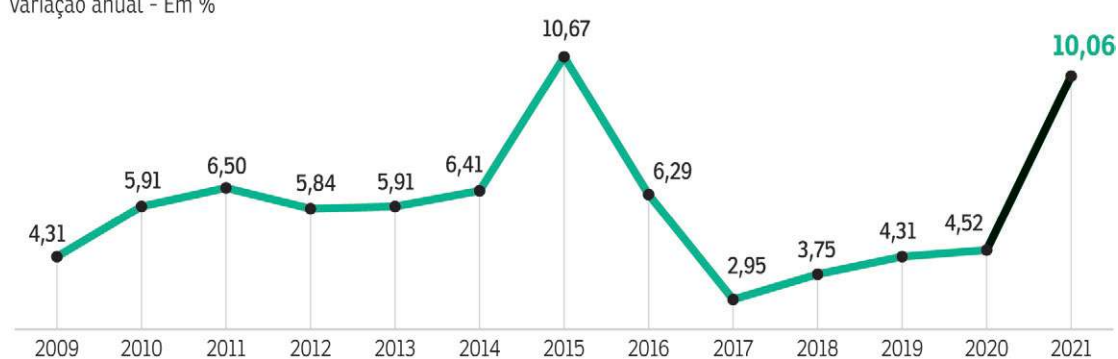
Na berlinda

Renda dos trabalhadores brasileiros é a menor desde o início da série histórica enquanto inflação não dá trégua

Rendimento médio real mensal
Trimestre móvel - ago-set-out



Evolução do IPCA
Variação anual - Em %



Fonte: IBGE

De acordo com o assistente social, doutor em sociologia e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) Vicente Faleiros, a junção de inflação com queda de renda é uma combinação perversa para todos os assalariados, em especial para os trabalhadores informais, que estão sentindo ainda mais o impacto da inflação há mais tempo. “A queda da renda tem sido mais acentuada nas faixas de menor rendimento. Com o desemprego, o arrocho salarial e o distanciamento social que impediu trabalhos informais, como dos ambulantes, a situação ficou ainda mais crítica para esses trabalhadores”, afirma. “A inflação, em torno de 10%, no geral, teve um impacto de 40% para as famílias mais pobres que utilizam seus rendimentos no consumo de sobrevivência, como comida, gás, eletricidade e transporte. Nessas condições, aumenta a desigualdade social, a sobrecarga no grupo familiar e a necessidade de cortar não só a carne, mas cortar na carne, reduzindo o necessário”, explica o acadêmico.

Desafios

Escolher entre comer e pagar as contas é um dos principais desafios dos trabalhadores mais pobres em tempos de inflação elevada combinada com pandemia. Pesquisa da Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec), contratada pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS), sobre o impacto entre escolher pagar contas ou comprar alimentos aponta que o gasto com energia elétrica e gás de cozinha compromete metade ou mais da renda de 46% das famílias brasileiras.



A queda da renda tem sido mais acentuada nas faixas de menor rendimento”

Vicente Faleiros,
assistente social e professor emérito da UnB

A cozinheira Cibele Arantes, 43 anos, desempregada há nove meses, está nesse grupo de pessoas que tentam sobreviver com o pouco que ganham diante da alta generalizada dos preços. Ela mora em uma casa com dois filhos para criar, mas conta com a ajuda do pai das crianças. “O restaurante onde eu trabalhava fechou as portas, muito cliente parou de ir lá nessa crise. A sorte é que eu tenho meu marido para me ajudar nos custos aqui em casa”, conta.

Com uma renda familiar menor desde que perdeu seu emprego, Cibele diz que fica cada vez mais difícil fechar o mês no azul. “Agora, tem vez que tenho que deixar de pagar conta para comprar alimento”, explica. Os boletos se acumularam e ela não conseguiu pagar nem o telefone. “Eu fiquei umas três semanas sem internet porque não consegui pagar meu plano. Um emprego resolveria tudo, já me apliquei para diversas vagas, mas ainda não tive uma resposta positiva”, afirma.

Fator agravante para os altos índices inflacionários, o dólar, é sentido, sobretudo, na bomba dos combustíveis. Em 2017,

o preço médio da gasolina era de R\$ 4,099. Cinco anos depois, em alguns estados, o litro ultrapassou os R\$ 7. O peso desse aumento foi sentido, principalmente, por quem usa veículos para trabalhar.

É o caso do motorista de aplicativo André Braz, 50 anos, que viu a sua rotina virar de cabeça para baixo com a alta no preço dos combustíveis. Há quatro anos na profissão, André costumava trabalhar 12 horas diárias ao volante. Agora, isso já não é suficiente para acompanhar os reajustes nos preços da gasolina. Para compensar e equilibrar as despesas, ele começou a vender produtos para passageiros, como perfumes, roupas, balas e itens de beleza. Contudo, vê o lucro pressionado pela inflação. “Os preços dos produtos pesam mais para mim. Mas como vou repassar isso?”, pergunta.

Professor de macroeconomia da UnB, Roberto Ellery aponta uma “forte correlação” entre o aumento da inflação e a pobreza. “Uma possível explicação é que os mais pobres não conseguem reajustar suas rendas para repor as perdas com a inflação. O argumento também vale para os assalariados em geral. Políticas de transferência de renda podem amenizar o efeito sobre a miséria”, afirma.

Além da inflação corroendo a renda das famílias, outro ponto de preocupação para a economia no mundo é o recrudescimento da pandemia com o surgimento da variante ômicron, que pode voltar a afetar o setor de serviços, que é o que mais emprega e estava começando a se recuperar no fim de 2021, segundo os analistas.

***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Raízes do atraso

Como nos programas de auditório, em que o animador esconde alguém ou algo, dá umas dicas sobre o mistério e desafia os participantes a adivinhar o que seria, não passa dia sem que economistas ligados ao mercado financeiro venham a público criticar e até prever, como arautos do caos, o fracasso de um eventual governo petista.

Trata-se de adivinhação, porque o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não abriu ainda o jogo do que faria uma vez eleito, mas não desautoriza quem pode falar por ele, como a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente do partido, nem os ditos “economistas do PT”, todos ansiosos para chamar a atenção. É tática de marketing político, tanto quanto a de seus desafetos.

Em situação normal, as supostas análises técnicas, isentas, por presunção, seriam palavras ao vento, dada a enorme distância entre o que diz o candidato e o que ele faz depois de eleito. O interesse nesta corrida eleitoral, que legalmente nem começou, está no que as ditas preocupações dos economistas revelam nas entrelinhas. Atente-se que a maioria se preocupa com Lula, não com o presidente Jair Bolsonaro (PL) reeleito.

Tais “impressões” acusam o receio dos críticos de que a dianteira de Lula nas pesquisas de intenção de voto não ceda e se confirme no dia de votação. Se um presidenciável é o sujeito de tantos artigos à revelia dos desejados pelos porta-vozes de segmentos da economia, isto significa que estão dando como irreversível o resultado.

Também tentam, com seus juízos prevendo o fim dos tempos caso Lula se eleja, firmar a frente que carimba o PT como insensato fiscal. É uma linha auxiliar à campanha do medo da “comunicação”, a tática de Bolsonaro, e a de associá-lo à corrupção, do ex-juiz Sergio Moro.

Outra percepção é de que tais esforços serão em vão, se a massa de pobres, mais de 70% do eleitorado, já estiver com cabeça feita devido à falta de empatia de Bolsonaro com as milhares de vítimas da pandemia, entre mortos e sequelados, e sua aversão às vacinas.

Os caciques do Centrão que o apoiam supõem que o Auxílio Brasil de R\$ 400 atrairá o voto dos desatentos. Mas antes o bônus terá de ser dissociado do Bolsa Família criado por Lula. O que há é o mau-humor por surgir já insuficiente para cobrir a inflação da cesta básica.

O que é útil discutir

Talvez fosse mais útil discutir o que precisa ser feito para atender a necessidade da maioria do eleitorado, o que, em última instância, é função da política econômica e da disposição dos empresários em confiar na economia. O resto é tertúlia acadêmica.

Essa parada é a mais difícil. Embora já haja razoável consenso de que a economia está estagnada há mais de 40 anos, as causas formam uma cacofonia de explicações, em geral focadas no excesso de gastos públicos, no intervencionismo estatal e na corrupção dos políticos.

Então, propõem-se leis mais duras, prisão para ladrões do erário, questiona-se a legitimidade do Congresso, critica-se a leniência dos ministros do STF, assim como enxugamento de programas sociais, corte ou redução dos encargos sociais sobre as empresas, reforma administrativa para congelar aumento salarial de servidor e abolir o instituto da estabilidade. Ações típicas, como fechar bares para proteger alcoólatras, em vez de tratá-los para livrá-los do vício.

No Brasil de 2022, cria do sentimento antipolítica saído da Lava-Jato que elegeu Bolsonaro em 2018, todo político não presta, o que tiver carimbo do Estado é ruim ou obra de comunista, os burocratas são sanguessugas, as mentes abertas comungam com o demônio etc.

É uma situação resumida pela máxima atribuída ao grande Tim Maia, segundo o qual o Brasil não pode dar certo porque aqui prostituta se apaixona, café tem ciúme, traficante se vicia e pobre é de direita. Acrescente-se que aqui muitos empresários, especialmente os de menor porte, culpam o Estado pelas suas dificuldades.

Como mudar o Brasil

Como mudar o Brasil emperrado pela ausência de desenvolvimento há mais de quatro décadas, que perdeu a importância industrial que já teve até os anos 1980, quando China e Coreia do Sul tinham parques fabris menores e menos diversificados que o brasileiro?

Registre-se que nenhuma economia num país continental e população acima de 200 milhões de habitantes pode ambicionar o pleno emprego e a prosperidade escalando de uma geração para outra sem atividade industrial diversificada e inovadora. É essa indústria que bombeia o dinamismo de serviços, gerador da maioria dos empregos e renda.

Muda-se indo à raiz dos problemas. A gestão pública disfuncional é derivada de uma estrutura de governança que não governa, em parte porque feita para que muitos atores estranhos à eficácia do Estado sejam correias de transmissão de interesses espúrios e alheios à função esperada do setor público, seus serviços e regulação.

Não se extirpa corrupção com leis draconianas nem polícia em todo lado, mas com revisão contínua de processos, com programas digitais do sistema gerenciais, com absoluta transparência e não a formal, do tipo me engana que eu gosto. O RH do tempo do DASP, Departamento de Administração do Serviço Público, era muito mais moderno que o atual, gerido por funcionários bem formados e diligentes.

A máquina pública é complexa, como qualquer grande corporação, não permitindo amadorismo nem influências subalternas a seu corpo.

A política valorizada

Um sistema político voltado ao umbigo dos dirigentes de partidos é como senha para arrombar o cofre. O papel do legislador merece ser revisado até para o político ser valorizado. Sem isso, o tanque de água das operações Lava-Jato nunca bastará. Quando se chega a esse ponto, o poço já secou. Escândalos assim levam os responsáveis à cadeia nos EUA, mas as empresas continuam abertas com nova direção.

A formulação da política econômica focada na meta de gerar emprego e renda implica priorizar a inovação industrial e a infraestrutura, que no estágio em que se encontra no país sua ampliação já levaria a ativar o importante ramo dos bens de capital. Qual o problema, se necessário for, de o investimento público financiar parte? O credor só poderá aplaudir, não ter urticárias como sugerem os economistas que batem ponto na imprensa e põem medo nos empresários nacionais.

Enfrentam-se os temas aqui falados com diversos pontos de vista e não cancelando quem diverge das ideias obsoletas, como o economista André Lara Resende, o mais brilhante de sua geração ainda ativo.

Os presidenciáveis inquietos receberão tais visões com agrado, mas precisam saber que elas existem. Ou conhecem as possibilidades, que são as aplicadas nos países mais bem-sucedidos, ou fracassaremos, e não só o eleito, como o país do passado que desprezou o futuro.

Funcionalismo nervoso por reajuste

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem sinalizado a intenção de conceder reajuste apenas para os policiais federais — cerca de 3% do total dos funcionários da União —, os demais, que representam 97% do total de servidores federais, partiram para o ataque e realizaram mobilizações e ameaçam greve. Os recursos para o reajuste dos policiais, de R\$ 1,7 bilhão foram reservados no Orçamento de 2022, a pedido de Bolsonaro, que sancionou a peça orçamentária, mas ainda não confirmou se vetou esse aumento para acalmar os demais servidores.

Integrantes da base do funcionalismo, o carreirão, são os que sentem mais a falta de reajuste. “São cinco anos com salário congelado. Estamos indignados e tentando transformar isso em ação, porque ficar indignado só não resolve. Estamos desenvolvendo várias ações que podem se transformar em uma paralisação, se for preciso”, afirma Sérgio Ronaldo, presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), coletivo de sindicatos que compõem o carreirão.

A escalada nos preços

incomoda até mesmo a elite do funcionalismo. Servidores de instituições como Banco Central e Receita Federal, por exemplo, têm feito série de mobilizações com um calendário de greve aprovado pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que representa o grupo de servidores que recebem maior remuneração.

“Os números deixam claro que houve uma perda no poder aquisitivo para os servidores federais em torno de 27,5%. Mais de 80% do funcionalismo estão com os salários

congelados desde 2017”, afirma Rudinei Marques, presidente do Fonacate.

Uma possível greve geral, além de parar a máquina pública, causaria prejuízos fortes para a economia do país. Entretanto, se a situação para funcionários da União com estabilidade e demais benefícios adquiridos após conquistar uma vaga em concurso público está complicada, o aperto é ainda mais severo para mais de 40 milhões de brasileiros que estão entre os chamados “invisíveis” do governo federal. (RF e BL)